



ACÓRDÃO Nº1067/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 2311/2013.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Fundação Municipal de Cultura Artes/Eventos e Turismo – MANAUSTUR
- 4- **Exercício:** 2012
- 5- **Responsável:** Arlindo Pedro da Silva Junior (Ordenador de Despesa), Idage Maria Abrahim Fernandes (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Fabio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM nº 4331 e Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM nº 6.975
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMM
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4350/2019-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundação Municipal de Cultura Artes/Eventos e Turismo – MANAUSTUR. Exercício de 2012.

Regularidade com ressalvas. Irregularidade. Ilíquidáveis. Multa. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Arlindo Pedro da Silva Junior**, responsável pela Fundação Municipal de Cultura Artes/Eventos e Turismo – MANAUSTUR, relativas ao exercício de 2012, período de 01.01.2012 a 01.04.2012, com determinações, nos termos do art. 71, II, da CF/88, art. 40, II, da CE/89, art. 1º, II, 2º, 4º, 5º, I e 22, II da Lei nº 2.423/96 c/c art. 11, III e art. 188, § 1º, II da Resolução nº 04/02-TCE, em razão das restrições contidas nos itens 1, 3 e 5 deste relatório-voto, objeto de determinações à origem;
- 10.2. **Julgar irregular** a Prestação de Contas da **Sra. Idage Maria Abrahim Fernandes**, responsável pela Fundação Municipal de Cultura Artes/Eventos e Turismo – MANAUSTUR, relativas ao exercício de 2012, no período de 01.04.12 a 31.12.2012, nos termos do art. 71, II, da CF/88, art. 40, II, da CE/89, art. 1º, II, 2º, 4º, 5º, I e 22, III da Lei nº 2.423/96 c/c art. 11, III e art. 188, § 1º, III, “b” e “c” da Resolução nº



ACÓRDÃO Nº1067/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

04/02-TCE, em razão das restrições apontadas neste relatório-voto;

- 10.3. Julgar Iliquidáveis** as contas referentes à contratação realizada com a empresa **Remar Indústria e Com. Ltda.**, com base no art. 26 da Lei Orgânica do TCE/AM c/c art. 188, §1º, inciso IV da Resolução TCE/AM, uma vez que se tornou materialmente inviável o julgamento de mérito;
- 10.4. Aplicar Multa à Sra. Idage Maria Abrahim Fernandes** no valor de **R\$ 413.654,39**, por atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial citados no Relatório/Voto, nos termos do art. 1º, XXVI c/c o art. 54, II, da Lei 2423/96 e art. 308, inciso VI, da Resolução 04/2002, com nova redação dada pela Resolução nº 04/2018, especialmente contratação com empresa inidônea, e desrespeito ao princípio da licitação, legalidade, e vinculação ao instrumento convocatório quanto às locações de veículos, violações aos artigos 37, XXI da CF/88, e artigos 3º e 87, IV da lei 8666/93, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.
- Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.
- 10.5. Determinar** a Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Eventos - MANAUSCULT, que:
- 10.5.1.** Fomente alternativas que possibilitem a participação de mais empresas nos certames da unidade gestora;
- 10.5.2.** Afaste do órgão a prática de pagamentos em atrasos, acarretando a incidência de juros, multa e correção monetária;
- 10.5.3.** Observe as atas de registro de preço em vigor, de forma a buscar o melhor preço para a Administração;
- 10.5.4.** Promova o balanceamento mensal, antes do fechamento contábil do AFIM, entre as contas do Balanço Patrimonial e o Inventário FísicoFinanceiro de forma a evidenciar a harmonia entre o conjunto das contas;
- 10.5.5.** Faça constar nos processos de execução o relatório fotográfico temporal (data) visando atender o princípio da transparência na gestão



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº1067/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

fiscal;

10.5.6. Adote os procedimentos necessários para a realização de concurso público, a fim de reduzir o elevado índice de servidores não vinculados ao órgão;

11- Ata: 34ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 8 de Outubro de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

13.1. Declaração de Impedimento: Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho (art. 65 do Regimento Interno).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral